

Terão as remunerações recuperado do ciclo inflacionista?

Há um ano atrás, concluíamos que a população empregada estava a perder poder de compra face ao ciclo inflacionista iniciado no final de 2021.¹ No entanto, apontávamos também que o comportamento era distinto mediante o sector de atividade, sendo que, nalguns casos, a atualização do salário mínimo nacional, a escassez de mão-de-obra e a maior capacidade de negociação salarial justificavam melhores performances. Decorrido um ano, terão as remunerações já recuperado?

A imagem global...

A remuneração bruta real total (remuneração média mensal por trabalhador), indicador divulgado pelo INE que permite eliminar o efeito da inflação dos salários, aumentou cerca de 4% homólogo no primeiro semestre do ano corrente, atingindo uma média de 1.270 euros neste período (a preços de janeiro de 2014). Os dados do INE permitem-nos analisar com maior detalhe esta evolução, distinguindo entre o comportamento da remuneração regular, que inclui a remuneração base e outras rubricas frequentes, como o subsídio de alimentação ou as diuturnidades (e que será o foco da análise deste artigo, exceto quando indicado o contrário), e a remuneração base. Em ambos os casos, o aumento homólogo ficou próximo dos 4% no primeiro semestre, atingindo uma remuneração bruta mensal média de 1.056 euros no primeiro caso e de 990 euros no segundo. A análise seguinte focar-se-á na componente regular das remunerações.

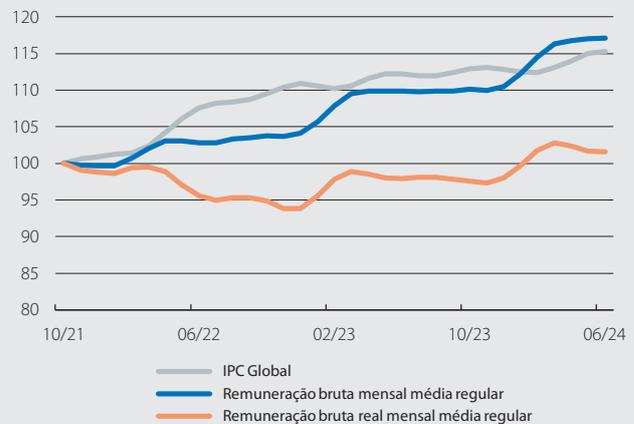
Estes resultados apontam para a recuperação do poder de compra da população empregada em Portugal, depois da queda despoletada pelo recente surto inflacionista. De facto, o início da queda da remuneração real aconteceu no último trimestre de 2021, permanecendo em território negativo durante 5 trimestres consecutivos. Só mais recentemente, no trimestre terminado em maio de 2023, é que os salários reais retomaram o terreno positivo, tendo acelerado especialmente no final de 2023 e início de 2024, com crescimentos acima dos 4% homólogo. Isto significa que a remuneração regular real por trabalhador já ultrapassou o montante registado aquando o início do ciclo inflacionista em Portugal (final de 2021), em cerca de 17 euros. Esta diferença excede os 160 euros se compararmos o comportamento da remuneração bruta real mensal média total. Este crescimento dos salários pode ser explicado não só pela pressão sobre a negociação salarial decorrente do aumento acentuado dos preços, como também por outros fatores, como o aumento do salário mínimo nacional, reposição de salários de funcionários públicos (algumas carreiras) e a escassez de mão-de-obra.

No entanto, o ritmo de crescimento parece estar a perder fôlego: de facto, depois de um crescimento de 4,4% no trimestre terminado em dezembro de 2023, a remuneração bruta real regular desacelerou para um crescimento de 3,9% no 1T e para 3,8% no trimestre terminado em junho. Esta trajetória reflete a normalização das variáveis

1. Para mais informações, ver focus «Estão as remunerações a acompanhar a evolução dos preços?», no IM10/2023.

Evolução das remunerações e da inflação

Índice (outubro 2021=100)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

macroeconómicas, nomeadamente do mercado de trabalho e da inflação.

De facto, os dados do INE apontam para uma (já esperada) desaceleração da criação de novos postos de trabalho, com um crescimento homólogo de 1,2% na primeira metade do ano, face ao crescimento de 2,3% registado no conjunto de 2023. A nossa expectativa é que a criação de emprego continue a perder ímpeto e alguns dados parecem apontar nesse sentido: o emprego está a crescer a um ritmo bastante abaixo do início do ano (0,5% homólogo em julho, face a mais de 2% no início do ano), as ofertas de emprego colocadas nos centros de emprego continuam a cair de forma expressiva, mais de 20% face ao período homólogo, com o valor registado em agosto a ficar cerca de 40% abaixo do valor registado, em média, nos meses de agosto dos cinco anos pré-pandemia. Também o número de colocações, ou seja, as ofertas de emprego satisfeitas através de candidatos apresentados pelos centros de emprego, caiu mais de 6,0% até agosto.

Também o ritmo de crescimento dos preços está a normalizar: depois de ter registado um aumento de 7,8% em 2022, o índice de preços no consumidor desacelerou para 2,3% em média nos 12 meses terminados em agosto. Ou seja, o ponto de partida para a negociação salarial no próximo ano será consideravelmente mais baixo do que o que aconteceu nos dois anos anteriores. E o retorno da inflação ao patamar defendido pelos bancos centrais traz confiança em futuros processos negociais de salários, que deverão aproximar-se de novo da fasquia dos 2%.

...é distinta da análise sectorial

A análise global esconde disparidades entre as atividades económicas. Para esta análise vamos manter o foco sobre a componente regular das remunerações.

O momento que marca o início da perda do poder de compra decorrente do ciclo inflacionista e o que marca a recu-

peração dos salários é muito distinto entre as várias atividades económicas. No caso de alguns sectores, os salários já estavam a cair, em termos reais, antes desse momento; é o caso do sector das *utilities*,² atividades financeiras & seguros, transportes & armazenagem, Administração Pública & defesa e educação. Foi também nestes sectores que o período durante o qual os salários perderam poder de compra foi mais alargado, uma duração em torno dos 20 meses, e, no caso de quatro deles (exceto os transportes & armazenagem) a remuneração bruta mensal média real ainda não recuperou face ao registado antes do ciclo inflacionista.

Em sentido contrário, nas atividades de informação & comunicação e atividades de consultoria, científicas, técnicas & similares, o período durante o qual os trabalhadores perderam poder de compra foi o menor, de cerca de 9 meses, com o salário no trimestre terminado em junho a ser superior em mais de 50 euros face ao final de 2021. Ainda assim, os maiores aumentos reais registaram-se nas indústrias extrativas, transportes & armazenagem e atividades de saúde humana & apoio social, à volta de um adicional de 70 euros.

O terceiro gráfico mostra a evolução da remuneração regular não deflacionada com a evolução da inflação dos bens e dos serviços. Assim, para avaliar o comportamento da remuneração na agricultura e na indústria transformadora comparámos com o IPC dos bens, o que permite concluir, que, no caso da agricultura, o crescimento das remunerações desde o início do ciclo inflacionista está aquém do crescimento dos preços dos bens. No caso das atividades relacionadas com o sector terciário, comparámos a evolução da remuneração com o IPC dos serviços. O aumento da remuneração bruta mensal média regular excede o crescimento dos preços dos serviços em 10 sectores, destacando-se as atividades administrativas & serviços de apoio e as atividades de saúde humana & apoio social. Por sua vez, e em linha com o referido anteriormente, a remuneração das atividades financeiras & seguros está bastante abaixo do crescimento observado do IPC dos serviços.

Uma parte dos sectores onde o aumento da remuneração foi superior ao crescimento dos preços é também onde se verifica um crescimento mais expressivo do número de vagas de emprego por preencher face ao final de 2021, destacando-se as atividades administrativas & serviços de apoio. Ou seja, o crescimento assinalável das remunerações nalguns sectores poderá também ser justificado pela maior escassez de mão-de-obra que enfrentam.

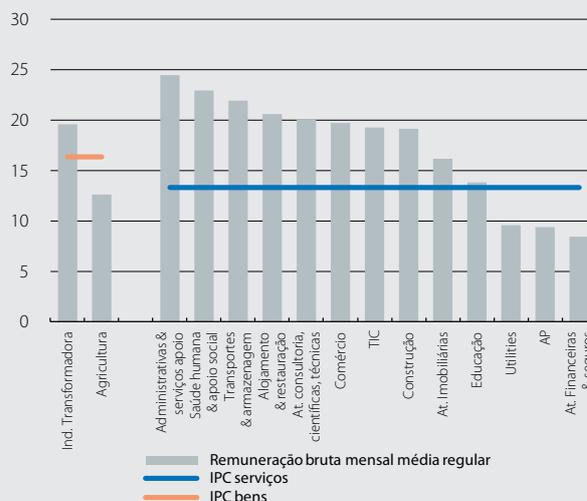
Em suma, a população empregada no geral já recuperou o poder de compra perdido durante o último ciclo inflacionista. No entanto, a conclusão é distinta mediante o sector de atividade, sendo que, nalguns casos, a atualização do salário mínimo nacional, a escassez de mão-de-obra e a maior capacidade de negociação salarial poderão justificar o aumento mais expressivo da remuneração.

Vânia Duarte

2. Este sector inclui eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio.

Evolução da remuneração mensal e do IPC desde o início do ciclo inflacionista, por sector

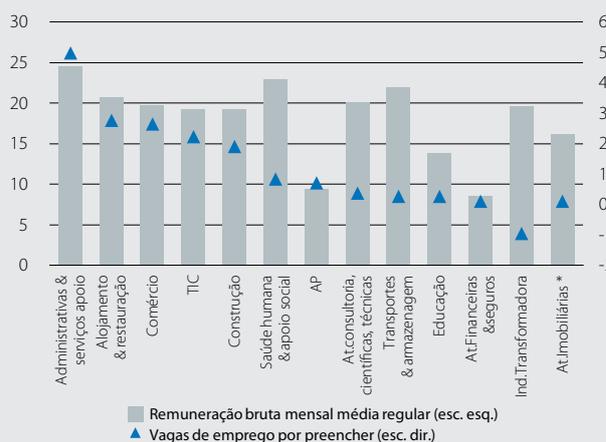
Varição face ao final de 2021 (%)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

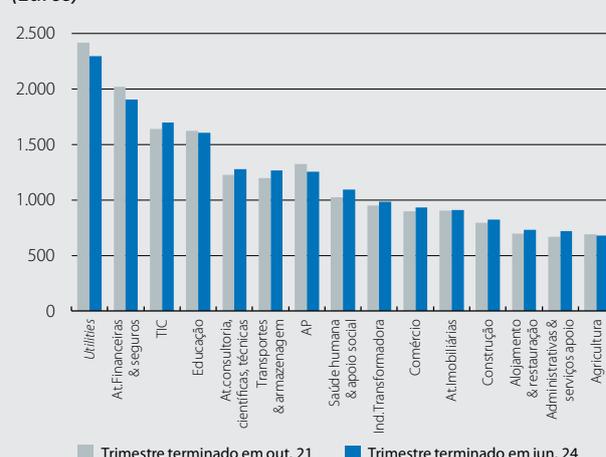
Evolução da remuneração e das vagas de emprego por preencher desde o início do ciclo inflacionista, por sector

Varição face ao final de 2021 (%; mil vagas)



Nota: * Não existe informação sobre vagas de emprego por preencher. Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE e Eurostat.

Remuneração bruta mensal média regular, por sector (Euros)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.